

ATA DA II REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e treze, às 8h40min, no auditório da Secretaria Regional VI reuniu-se o Conselho Gestor das Unidades de Conservação de Sabiaguaba para discutir na pauta o levantamento histórico cartográfico do PNMDS. O Secretário Executivo da Regional VI, e membro do CGS, Esio Feitosa, fez a abertura dos trabalhos e em seguida leu a pauta do dia. Destacou o tópico "fiscalização" e recomendou que a fiscalização das Unidades de Conservação passe a ser feita através de parceria da Coordenadoria de Fiscalização Integrada (COFIS), da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA e Coordenadoria de Fiscalização da Regional VI. Thaís Callou, gerente da Célula de Sistemas Naturais, da Coordenadoria de Políticas Ambientais - CPA, leu a ATA da segunda reunião ordinária do CGS. Fizeram-se as apresentações e conferiu-se o quórum deliberativo. Alexandre Brito, do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, ICMBio, quis saber o porquê da reunião não está acontecendo em Sabiaguaba, e lembrou que havia sugerido na última reunião ordinária que se fizesse um reconhecimento da região das UC pelo Conselho Gestor. Esio Feitosa, da Regional VI, disse que os objetivos da última reunião haviam sido, parcialmente, atingidos. Rusty Sá Barreto, da Associação dos Amigos do Museu do Mangue, solicitou informações sobre a audiência pública, já realizada, sobre a estrada com interferência no Parque Nacional Municipal das Dunas da Sabiaguaba. Perguntou o por que do Conselho não ter sido convocado Magda Maia, Coordenadora de Políticas Ambientais da Seuma, explicar que a construção da estrada é de responsabilidade da SEINFRA, Secretaria Estadual de Infraestrutura, cabendo ao Estado a convocatória, e não ao Município. Ilka Braid, da Secretaria Municipal de Turismo, destacou que parte da construção da estrada é de competência do Município. Rusty Sá Barreto, ressaltou a importância do Parque das Dunas, destacou os sítios arqueológicos pontuados pelo Plano de Manejo da Unidades de Conservação da Sabiaguaba. São háver 30 mil peças encontradas, 500 destas, conforme o conselheiro, enviadas a Recife. Thaís Callou, da CPA/Seuma, reiterou a importância do Parque. Lembrou o índice de aproveitamento mínimo para a região, que é uma ZPA (Zona de Proteção Ambiental) e que sua permeabilidade deve ser total. Em seguida deu início a apresentação do levantamento histórico cartográfico do Parque das Dunas realizado pela Seuma. Magda Maia, da Seuma, explica a metodologia utilizada para o levantamento. Rusty Sá Barreto, indaga sobre os dados levantados e confirma que se referem a período anterior a 2006. Rusty Sá Barreto ajuda na identificação de imóveis existentes no Parque. Ressalta que o imóvel nº 14 serviu como esconderijo para comunistas. Rusty aponta que as imagens do levantamento estão obsoletas. Conforme ele, há bem mais construções irregulares no Parque atualmente. Ele pondera e diz que apesar das infrações, como as construções realizadas nos finais de semana, o Parque das Dunas da Sabiaguaba é um patrimônio da comunidade e que também é muito apreciado pelos turistas que o visitam. Encerra sua fala enfatizando que a estrada vai ser feita "atropelando" o Conselho Gestor e chama atenção para que o Conselho conheça o traçado da "estrada". "É preciso saber como vai ser e proteger o Parque", finaliza. Magda Maia, da Seuma, frisou o cuidado com a fiscalização no Parque. Esio Feitosa, da Regional VI, reforçou a importância da pauta fiscalização acordada na reunião anterior do CGS e sugeriu que, na próxima reunião, se fale melhor sobre a estrada e se conheça os resultados da audiência pública. Mairlon, da COFIS/Seuma, retomou a pauta fiscalização. Sugeriu a atualização dos dados do levantamento. Sobre o trabalho de fiscalização da Seuma, disse que os fiscais são de 2010, que estão capacitados mas que é possível que possam haver mal entendidos. Em

E. Feitosa

seguida enfatizou que o trabalho da fiscalização é necessária, que não se pode "prevaricar", porque prevaricar é crime. Disse ainda que a fiscalização vai contar com o Ministério Público e com a Polícia, se for o caso. Alexandre Brito, do ICMBio, enfatiza que o trabalho do Conselho Gestor é de suma importância na gestão das UC. Informa de sua experiência na presidência de Conselhos e afirma que o trabalho do conselheiro é traçar planos e projetos para as UC, mas que também, é mediar conflitos. Esio Feitosa, da Regional VI, diz que a sociedade convive com a omissão, que o Estado também se omite e isso leva ao sentimento de rebeldia do fiscalizado. Ressalta que tem que haver um trabalho educativo, por parte do Conselho Gestor e sugerem que a fiscalização da Seuma e Regional VI, presentes à reunião, coloquem suas competências. Mairlon, da COFIS/Seuma, diz que a tarefa da COFIS é fiscalização ambiental. Que a coordenadoria trabalha em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados, e que atua com base em denúncias, seja virtual, seja através da Ouvidoria da Secretaria. Solicita que sejam feitas denúncias. Daniel Martins, fiscal da Seuma, diz que participou da vistoria nas barracas da Sabiaguaba, que seguia orientações, que não houve alteração por parte dos fiscais, que o Ministério Público mandou notificar e que foi dado o prazo de cinco dias, para justificativas. Disse ainda que houve aumento de fiscais mas, que ainda são poucos. E considerou que a melhor maneira de fiscalizar e de conviver com a fiscalização é se adequar à Legislação. Júlio Fernandes Santos, Chefe da fiscalização da Regional VI, explicou que a Regional é responsável pela fiscalização de edificações e posturas. Ressaltou que a fiscalização da Regional fiscaliza 42% da Cidade de Fortaleza e propôs ações de fiscalização integrada conjuntas com a COFIS/Seuma. Esio Feitosa, destacou a importância do Ofício prometido pela conselheira Aparecida Arruda, contendo denúncias e demandas do CGS à Seuma. Rusty Sá Barreto chamou para si a responsabilidade pelo Ofício. Disse ainda que o mesmo será acompanhado de registro fotográfico. Ainda sobre a temática "fiscalização", Rusty afirmou que é preciso que a Seuma promova a educação ambiental para que depois possa cobrar. Apontou a simplicidade dos moradores da região. Afirmou que são pescadores, quilombolas, nativos, indígenas, que merecem um tratamento personalizado com respeito à sua tradicionalidade, o que não teria sido "exatamente contemplado" pelo Plano de Manejo das UC. Magda Maia, da CPA/Seuma, disse que o sistema agora é diferente. Que o Conselho gestor está sendo observado, que é atuante. Destacou que a gestão é recente. Que há uma reestruturação da Secretaria e que a fiscalização precisa trabalhar amparada tecnicamente. Afirmou que há uma coordenadoria técnica, tanto para levantamento como para a Educação Ambiental. Reforçou que o contexto é diferente, que se está preparando um estudo do Plano de Manejo, e orientou que o CGS tenha mais atuação no que diz respeito à Sabiaguaba. Rusty Sá Barreto reforçou que a população da Sabiaguaba clama por um modelo inovador de gestão. Francisco Pereira Teixeira (seu Picolé), da ACOMPA, perguntou se o assunto da estrada iria mesmo ser tratado na próxima reunião. Magda Maia, disse que sim. Ilka, da SETFOR, perguntou sobre a audiência, se haviam informações. Alexandre Brito, do ICMBio, apontou que a audiência da estrada só poderá ser dada após consulta ao CGS. Rusty Sá Barreto, reforçou que a realização da audiência pública sem a presença do CGS foi um desrespeito. Disse que foi falta de respeito o Conselho obter informações pela imprensa. Ilka, pede informações sobre a audiência para a estrada. Magda Maia informa que a audiência ainda não foi dada pela Seuma. Rusty Sá Barreto, diz que já há máquinas e pessoas trabalhando em Sabiaguaba. Magda Maia, diz que conforme as informações de Rusty o que está sendo feito é o levantamento topográfico, que a estrada ainda está em nível de projeto. Alexandre Brito, ICMBio, diz que o licenciamento pode ser dado por trechos e ressalta que não é um licenciamento tão simples, destaca que há a necessidade

A de

inclusive de um licenciamento da fauna. Magda Maia, Seuma, afirma que a Secretaria ainda não foi "provocada formalmente". Rusty Sá Barreto, pergunta sobre o papel do CGS no processo de anuência. Magda Maia, afirma que o CGS vai ser ouvido. Ramon Donatti, CONPAM/Cobio, ressalta a importância da formação de guardas-parque para vistoriar, dialogar e informar a população. Ésio Feitosa, Regional VI, cita o medo da população em fazer denúncias. Rusty Sá Barreto, ASADOECOMUNAM, diz que é a favor da formação de guarda-parques, enfatiza que poderia ser treinadas pessoas da própria comunidade. Alexandre Brito, ICMBio, diz da importância de mais discussões e de um consenso de ideias do Conselho. Ramon Donatti, CONPAM/Cobio, concorda com Alexandre e oferece o Centro de Referências do Parque do Coko para reuniões do CGS. Ésio Feitosa, da Regional VI, diz que o auditório da Regional também está à disposição. Acordou-se uma visita dos fiscais da Seuma e Regional VI, juntamente com o Conselho Gestor às Unidades de Conservação, a ser viabilizada pela Seuma. Ésio Feitosa agradeceu a disponibilidade dos conselheiros e deu por encerrada a reunião, sendo a próxima ordinária acordada para 1º de outubro, em local a definir. Eu, Sonia Maria Sales, consultora técnica da Seuma, afirmo que o aqui relatado é verdade, e dou fe. Segue anexa a assinatura dos presentes:

Ésio Feitosa

Elmário de Aguiar Pimenta

Quênia Neeres

Ramon Donatti

Rafael Moreira de Souza

Francisco

Rusty Sá Barreto